

PROJETO SANTA QUITÉRIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE O OFÍCIO Nº
1181/2025 - MPF/NTC/CE - GAB/AMM

SANTA QUITÉRIA - CEARÁ

MARÇO/2025

O presente documento visa corroborar para o melhor entendimento a respeito dos questionamentos suscitados no **OFÍCIO nº 1181/2025 - MPF/NTC/CE - GAB/AMM**, emitido pelo Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Ceará, de 5 de março de 2025, endereçado à Coordenadoria Regional da Região Nordeste da FUNAI.

Preliminarmente, vale apresentar um breve resumo das consultas e comunicações realizadas no âmbito do processo de licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria (processo nº Processo nº 08620.006054/2020-45) a respeito dos povos indígenas:

- Em 16 de julho de 2020, por intermédio do Ofício 503/2020/COMIP/CGTEF/DILIC, foi solicitada manifestação da FUNAI sobre o conteúdo do Termo de Referência Específico, emitido pela IBAMA, do Projeto Santa Quitéria, com relação à possível interferência do empreendimento em terras indígenas;
- Pelo Ofício nº 1081/2020/CGLIC/DPDS/FUNAI, emitido em 03 de setembro de 2020, a FUNAI se manifestou informando quanto a desnecessidade de realização de procedimentos específicos relacionados à questão indígena no Projeto Santa Quitéria;
- Em 06 de junho de 2022, o Ministério Público Federal recomendou à FUNAI a contemplação de todas as aldeias indígenas na avaliação dos impactos do Projeto Santa Quitéria (Ofício nº 464/2022-MPF/PRM/Sobral) e, em 09 de junho de 2022, o Escritório de Direitos Humanos Frei Tito solicitou que a FUNAI avaliasse o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria;
- Em resposta aos ofícios, a FUNAI emitiu em 22 de junho de 2022 o Ofício nº 240/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI, reiterando a desnecessidade de realização de procedimentos específicos em relação ao componente indígena;
- Em decorrência de novos questionamentos do IBAMA (Ofício nº 317/2022/COMIP/CGTEF/DILIC 21 de junho de 2022) sobre a existência de aldeias indígenas na área de influência do Projeto Santa Quitéria, a FUNAI requereu a realização de nova plotagem e atualização da análise técnico-cartográfica do Projeto Santa Quitéria, respondendo novamente, em 03 de julho de 2024, por meio do Ofício nº 1487/2024/DPDS/FUNAI, sobre a desnecessidade de procedimentos específicos relacionados aos povos indígenas;

- Mais à frente, através da Informação Técnica nº 240/2024/COREM/CGID/DPT-FUNAI, datada de 31 de dezembro de 2024, a FUNAI informou, em resposta ao Ofício nº 98/2024/CGLIC/DPDS/FUNAI, de 19 de fevereiro daquele ano, que solicitou nova análise cartográfica, que “apenas após concluídos os estudos de identificação e delimitação das mencionadas TIs (Serra das Matas e Anacé) é que se poderá afirmar se o projeto de empreendimento se sobrepõe ou não a áreas de ocupação tradicional daqueles povos indígenas”.
- Na síntese do processo administrativo, apresentada na Informação Técnica nº 1/2025/Segat-CR-NE-II-FUNAI, de 31 de janeiro de 2025, há citação de que a TI Serra das Matas pleiteada “vem sendo estudada pela Funai desde o ano de 2005^[10]1. Não há, ainda, conclusão de tais estudos e estabelecimento de linhas que delimitem o perímetro da Terra Indígena” (grifos não originais).
- Mais recentemente, em 19 de fevereiro de 2025, diferentemente de todos os demais ofícios expedidos, a FUNAI emitiu o Ofício nº 342/2025/DPDS/FUNAI, direcionado a este Consórcio, informando ser necessária a realização de processo de consulta específico junto às comunidades indígenas, considerando “a complexidade do cenário e as especificidades do projeto”.
- Em resposta a esse Ofício, o Consórcio esclareceu à FUNAI, por meio da comunicação CE-GEFIS.P/SUNOV.P-100/25, datada de 28 de fevereiro de 2025, sobre o atendimento ao Parecer Técnico nº 148/2022 do IBAMA, no âmbito da reelaboração do EIA do Projeto Santa Quitéria, informando sobre a inclusão de capítulo específico sobre Povos Indígenas (11.3.3.19.1 “Povos e Aldeias Indígenas”) e a apresentando sua justificativa, com base no estudo técnico ambiental, sobre a inexistência de impactos diretos e indiretos sobre Povos e Comunidades Indígenas.

Como é possível analisar pelo resumo dos fatos acima expostos, a FUNAI reiterou em diversas oportunidades a desnecessidade de procedimentos específicos voltados aos povos indígenas, bem como a presunção de inexistência de impactos em suas terras. Vale aqui destacar um trecho do **Ofício nº 240/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI** citado anteriormente, no qual esse órgão atesta que:

“considerando-se a necessidade desta Fundação se ater à norma que regulamenta a sua participação nos processos de licenciamento ambiental, e, ainda, que, conforme informação da DPT, o aldeamento mais próximo do empreendimento, independente de situação fundiária, está a mais de 25 km do

¹ Nota de rodapé 10 apresentada na Informação Técnica nº 1/2025/Segat - CR-NE-II/DIT - CR-NE-II/CR-NE-II-FUNAI: “Por meio das Portarias números 1138/2005/PRES-FUNAI, 903/2009/PRES-FUNAI e 529/2010/PRES-FUNAI, foram constituídos Grupos Técnicos (GTs), os quais, todavia, não lograram concluir os estudos multidisciplinares necessários à identificação e à delimitação. Assim, em 4 de setembro de 2015, por meio da Portaria nº 851/PRES-FUNAI, constituiu-se novo GT, renovado em 23 de maio de 2023, por meio da Portaria nº 679/PRES-FUNAI. A demora no procedimento, com impactos severos aos direitos dos Povos Potiguar, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia, também ensejou a abertura de Inquérito Civil Público pelo Ministério Público Federal (IC nº 1.15.004.000035/2020-82)”.

mesmo, ou seja, mais de três (03) vezes a distância prevista no Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/15, não há presunção de impactos nas terras indígenas da região, de forma que não se fazem necessários procedimentos específicos em relação ao componente indígena do licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria” (grifos não originais).

Ainda, importa ressaltar que além do Ofício nº 98/2024/CGLIC/DPDS/FUNAI mencionado anteriormente, em outras oportunidades as questões relativas às distâncias das aldeias e terras indígenas e a inexistência de impactos foram reiteradas pela FUNAI, como por meio dos ofícios nº 539/2024/SECART/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI, de 17 de abril de 2024, e nº 1487/2024/DPDS/FUNAI, de 03 de julho de 2024.

No mais, mesmo com a atualização de 2025 da base pública georreferenciada da FUNAI, que revelou a alteração da localização da Aldeia Lagoa dos Vinutos quando comparada com a base de 2023, a aldeia encontra-se a cerca de 22 km do empreendimento proposto, na mesma região das demais aldeias localizadas em Monsenhor Tabosa. Portanto, em área sem a possibilidade de manifestação de impactos diretos e indiretos oriundos do Projeto, conforme metodologia apresentada no EIA do Projeto Santa Quitéria.

Corroborando às análises deste Consórcio o “Mapa Imaginário do Território POTIGATAPUIA Serra das Matas”, presente no “Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada do Movimento Indígena Potigatapuia”, encaminhado pelo Ibama ao Consórcio através do Ofício nº 150/2025/COMIP/CGTEF/DILIC em 26 de fevereiro de 2025. Destaca-se as semelhanças com os dados apresentados nas cartografias elaboradas pela FUNAI e com suas bases georreferenciadas.

Para o presente momento, considerando as informações expostas e com base no estudo técnico realizado por mais de 60 profissionais de diversas áreas do saber e por dados públicos da FUNAI, o entendimento deste Consórcio é o mesmo. Esse posicionamento firma-se na ausência de novos elementos que justifiquem a aplicação da Consulta Livre, Prévia e Informada prevista no Art. 6º da OIT 169, no que diz respeito ao Projeto Santa Quitéria.

Acrescenta-se que, em função da inexistência de Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) para a delimitação do Território Indígena Serra das Matas, também não se aplica a alteração dos limites estabelecidos no Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/2015 e a realização de Estudo de Componente Indígena (ECI).

Independentemente do resultado futuro do RCID, ressalta-se que o Consórcio permanece favorável à construção de caminhos que permitam o esclarecimento aos povos indígenas sobre o Projeto Santa Quitéria. Ainda assim e caso necessário, o Consórcio permanece à disposição para realização de uma reunião de esclarecimento com as lideranças indígenas, a ser promovida pelos órgãos de Estado envolvidos (IBAMA, FUNAI e MPI) a fim de apresentar informações sobre a impossibilidade de impactos em suas terras. Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.



Anexos:

DESPACHO-COTRAM-CGLIC-DPDS-2024

Informação Técnica nº 240-2024-COREM-CGID-DPT-FUNAI

Innformação Técnica nº 1-2025-Segat-CR-NE-IIDIT-CR-NE-IICR-NE-II-FUNAI

Mapa-Imaginario-Protocolo-POTIGATAPUIA

Ofício nº 98-2024-CGLIC-DPDS-FUNAI

Ofício nº 240-2022-COTRAM-CGLIC-DPDS-FUNAI

Ofício nº 342-2025-DPDS-FUNAI

Ofício nº 539-2024-SECART-COCART-CGGEO-DPT-FUNAI

OFÍCIO nº 1181-2025-MPFNTCCE-GABAMM

Ofício nº 1487-2024-DPDS-FUNAI

Ofício nº 2270-2024-MPI

Resposta_Oficio_342_Conсорcio

aldeias_pontos_FUNAI_2023

aldeias_pontos_FUNAI_2025



DocuSigned by:

Christiano Brandão

8E12A5E7F55547C...

CHRISTIANO LEMOS DE MORAES BRANDÃO

Gerente

Gerência Corporativa de Licenciamento, Meio Ambiente, Direitos Minerários e Gestão Fundiária

Galvani

Av. Dra. Ruth Cardoso, 4777 - 11º andar. Jardim Universidade Pinheiros. São Paulo.

E-mail: cmbrandao@galvani.ind.br

Assinado por:

Charles Pierre Parreiras

469ADFB0733E424...

CHARLES PIERRE PARREIRAS

Gerente de Socioeconomia

Sociólogo

Amplo Engenharia

Rua Bernardo Guimarães, 245. 16º Andar. Funcionários. Belo Horizonte.

E-mail: charles.parreiras@amploengenharia.com.br
